

Democracia e pluralidade comunitária na filosofia de Michael Walzer: uma abordagem a partir da esfera da educação

Eixo Temático: Democracia: processo ou fim?

Alexandre Soares Souza (UFC)

teoalexandre.soares7@gmail.com

RESUMO: O objetivo deste artigo é mostrar como a noção de educação do filósofo político Michael Walzer torna-se um fundamento importante para o fortalecimento da democracia nas sociedades pluralistas. A obra basilar para a investigação proposta é intitulada de “Esferas de Justiça” (1983) a qual o filósofo debate sobre justiça distributiva e apresenta a noção de igualdade complexa como opção à igualdade simples. Tendo em vista o crescimento da intolerância nos últimos tempos entre grupos com ideais distintos nos âmbitos políticos, culturais, ideológicos e religiosos, a cidadania poderia ter ação ativa por indicar um minimalismo capaz de gerar a coexistência pacífica entre os grupos que compõem as sociedades democráticas liberais contemporâneas. A proposta de Walzer, que necessariamente se alicerça na educação pública num Estado capaz de fornecê-la com qualidade, segue um caminho oposto aos excessos do liberalismo, por procurar lidar com as múltiplas diferenças e propiciar a socialização política entre os membros da comunidade política. Para tanto, faz-se necessário apresentar brevemente os aspectos da teoria da justiça de Walzer, tendo ênfase nos seus conceitos essenciais. Outras obras do filósofo norte-americano serão mencionadas para arregimentar a discussão, bem como alguns aspectos da “teoria da justiça” do filósofo John Rawls. Em relação a este último, perceber-se-á os pontos de aproximação e de distanciamento de ambos os pensadores e a forma como entendem o papel da educação junto à noção de justiça. No primeiro momento, pretende-se discutir as ideias de pluralismo e tolerância, discutidas no pensamento comunitarista de Walzer, devido à relação que possuem com a esfera da educação. Cabe entender, por hora, que o filósofo norte-americano analisa o pluralismo como muito próximo da sua noção de comunidade, embora não conceba esta com todos os seus valores e princípios como algo universal. Toda comunidade possui suas especificidades sociais, culturais, religiosas, étnicas e históricas. Daí não ser possível enfatizar o exclusivismo de uma comunidade política X, como se existisse apenas um critério para a distribuição de bens sociais e este pudesse ser aplicado de igual modo em todas as demais comunidades políticas do mundo. Por procurar defender a “igualdade complexa”, Walzer compreende a autonomia das comunidades para decidir sobre os significados dos bens sociais e os critérios para a distribuição dos bens sociais. Os modos de vida, construídos ao longo de gerações, são a peculiaridade das comunidades e contribuem com suas noções mínimas de certo e errado para a construção de uma moral máxima. Se a forma como analisou o funcionamento das comunidades lhe rendeu críticas de outros filósofos por considerarem o seu pensamento relativista, é isto que o torna um dos protagonistas nos debates que ganharam força nos Estados Unidos na segunda metade do século XX, entre os liberais e os comunitaristas. No seu artigo “Communitarian Critique of Liberalism” (1990) Walzer defende a ideia de que o comunitarismo deve ser entendido como um corretivo das teorias e das práticas liberais. Tal correção pretendia uma política mais igualitária que compreendesse os grupos, partindo da noção de que as

desigualdades existentes não são apenas da esfera individual. As desigualdades dividem hoje a sociedade não apenas entre ricos e pobres, mas também entre brancos e negros, mulheres e homens e entre brasileiro e refugiados, por exemplo. São essas diferenças que podem colocar em perigo a continuidade da comunidade política caso não se perceba a importância das “interpretações em comuns” capazes de aproximar os diferentes grupos. É verdade que um Estado liberal democrático, com seu conjunto de leis regulatórias, não está a salvo do extremismo que pode surgir do pluralismo da sociedade. E nem mesmo o reconhecimento das especificidades das diversas comunidades que compõe uma sociedade liberal são suficientes para o bem-estar democrático. Walzer explica em “Política e Paixão”(2008) como os ideais democráticos entram em choque com os ideais de comunidades fundamentalistas. Se o objetivo básico da educação proporcionada por uma comunidade religiosa X, por exemplo, é ensinar aos futuros membros os deveres de sua posição para com a comunidade da qual fazem parte, é provável que em algum momento os objetivos comunitários possam se chocar com os princípios da religião civil. Em certos aspectos, Estados liberais tem exatamente essa pretensão nos seus sistemas educacionais para permitir mudanças de cosmovisão. Mas, como fica, por exemplo, a questão dos direitos iguais para todos os membros, se em comunidades fortemente religiosas, o reconhecimento da igualdade de direitos para homens e mulheres é negligenciado? E como fica o direito liberal de saída para membros que integram as comunidades religiosas mais fundamentalistas? Pode-se afirmar que os sistemas educacionais de comunidades restritas, ou extremamente religiosas, não formariam indivíduos capazes de agir como autonomia no mundo, a ponto de decidirem, por exemplo, qual caminho seguir depois da morte de seus pais, ou qual profissão escolherão. As questões colocadas pelo nosso pensador repercutem não apenas no contexto norte-americano. Algumas células neopentecostais no Brasil, por exemplo, lidam com o choque de narrativas quase sempre de forma radical: induzindo membros a não frequentarem ambientes acadêmicos, principalmente se eles forem voltados para as Ciências Humanas. A autonomia parece ser um elemento importante para que membros decidam sobre suas vidas e tenham a responsabilidade para com os outros, mesmo que a autonomia não seja plena. De todo modo, uma vez tolhida a autonomia parcial dos indivíduos, estes ficam completamente submissos ao sistema da comunidade a qual fazem parte de forma involuntária muitas vezes. Desse modo, qual o limite dos princípios da tolerância e do pluralismo, inerentes a democracia, diante de grupos, ou de comunidades fundamentalistas? Walzer formula uma questão mais profunda: “estamos preparados para tolerar homens e mulheres que se vinculam às suas vidas de maneiras diferentes – que herdaram, mais do que escolheram, suas vidas, por exemplo, ou que se submetem à autoridade divina?” (WALZER, 2008 p.78). Ora, a noção de democracia, e tudo o que esta representa para além da teoria, é o que cria as situações-problemas tais como as que foram levantadas. Mas, se o interesse da educação cívica ou da religião civil é formar cidadãos tolerantes, responsáveis pelo bem comum e que sejam indivíduos pensantes, os adultos do futuro poderão opinar com mais propriedade sobre política e entender a importância da democracia (ao menos em teoria). Ainda assim, os pais que colocam os seus filhos em escolas religiosas para que estas continuem seguindo um estilo de vida tradicional, alegariam que o Estado democrático viola os seus direitos de educar seus filhos. Nos últimos anos, no Brasil, muitos grupos evangélicos mais tradicionais questionaram o sistema educacional brasileiro, levantando novas causas para os nossos problemas. Os problemas estruturais na educação brasileira deram lugar a supostos problemas pedagógicos que sugeriam má

intenção dos professores progressistas por ensinarem sob viés ideológico. Nesse interim, líderes religiosos passaram a ser os coronéis da nova época, induzindo muitos fiéis ao voto de cabresto. O resultado foi que os efeitos do fundamentalismo religioso dos grupos neopentecostais contribuíram intensamente para o aumento das tensões entre a educação cívica do Estado liberal democrático e o modo de vida comum desses grupos. Para todos os efeitos, a situação brasileira é menos problemática que a realidade dos países ocidentais e as escolas islâmicas, já que estas geralmente são vistas como essências para a identidade mulçumana. Mas, de volta ao caso brasileiro, não parece verdadeiro que a educação cívica nesse contexto tenha o interesse de controlar a mente dos jovens a fim de induzi-los a mudar seus estilos de vida comunitários. A mudança que a educação pode sugerir diz respeito a autonomia de pensamento das pessoas, que não é de todo uma afronta aos credos e costumes básicos de comunidades religiosas. Walzer sugere um padrão minimalista capaz de lidar com as diferenças entre os grupos que compõe a comunidade política, como resposta ao fundamentalismo de grupos específicos. Um padrão minimalista entre os indivíduos de diversos grupos ou comunidades seria um ponto fundamental para uma Estado democrático livre de ameaças totalitaristas e comportaria comunidades diversas como a dos neopentecostais, dos católicos e dos não religiosos, pois, afinal, os membros de tais grupos pagam impostos e usufruem dos benefícios públicos. Isto não quer dizer que a questão esteja resolvida em teoria, pois mesmo os padrões minimalistas que aproximariam indivíduos de grupos distintos, não impediriam a determinados grupos discursos autoritários. A linha tênue do pluralismo, desse modo, revela uma faca de dois gumes: se a democracia favorece o trato com a pluralidade, isto também pode desembocar em fragmentação social. O comunitarismo como corretivo dos excessos de liberalismo pretende entender as diferenças e induzir para a coexistência pacífica. O igualitarismo walzeriano pressupõe a percepção básica de que cada comunidade política deve tomar suas decisões e estabelecer seus modos de vida, bem como definir os critérios de distribuição de bens sociais. A força ativa dos cidadãos na vigência comunitária tende a favorecer o funcionamento autônomo das esferas de justiça. A esfera da educação objetiva ser uma estratégia para que o Estado promova a coexistência pacífica das diferenças étnicas, religiosas e culturais dos membros da comunidade, apontando para uma identidade em comum, que é a do cidadão de determinada comunidade política. Mas é inerente às sociedades democráticas contemporâneas o desafio maior de lidar com as diferenças porque também o pluralismo incide na necessidade de combater a intolerância e a possível fragmentação social pela ação de indivíduos que se deixam levar pela ortodoxia e pelo fundamentalismo político ou religioso. Se é inerente ao pluralismo das comunidades a possibilidade de rivalidades que acabam gerando pressão para o rompimento da comunidade política, certos conflitos dificultam a superação de problemas sociais relacionados à desigualdade social e põem em risco a democracia. A expressão “religião civil”, de Rousseau, é usada por Walzer na sua obra “Da tolerância”(1999) para firmar como os valores e virtudes do próprio Estado democrático e da cidadania ativa fazem parte de uma religião secular civil. “Doutrinas políticas, narrativas históricas, figuras exemplares, ocasiões festivas e rituais comemorativos” fazem parte do que é chamado de “religião civil”, sendo indispensável para a formação dos estudantes nas escolas públicas. A força desses princípios favorece ao “Estado que imprimir a si mesmo nas mentes dos seus membros, especialmente dos seus membros mais jovens” (WALZER, 2007, p. 79). A intenção é que desde cedo os jovens passem a entender os valores fundamentais que fortalecem uma sociedade

democrática coesa e lidem com as diferenças de forma tolerante. Ora, as diferenças entre as múltiplas comunidades, dentro de uma sociedade específica, teriam liberdade para demonstrar suas expressões culturais e crenças, pois os membros que fazem parte de grupos distintos entendem o valor da tolerância e seriam capazes de se unir em prol da continuidade da comunidade política e da democracia. Por outro lado, a construção dessa identidade comum básica para o bem da comunidade política põe em risco comunidades mais tradicionalistas ou fundamentalistas que existem nas sociedades políticas, por ficarem estas forçadas a uma exposição às diversidades que passam a ter um efeito corrosivo sobre elas. No entanto, a corrosão e até mesmo a assimilação das identidades parciais destas etnias, não representa sua total destruição, trata-se de uma acomodação política. Ou seja, não se trata da conversão completa de um grupo para outro, mas sim de socialização política. E é papel da educação cívica contribuir para a socialização política visando o ideal democrático. De todo modo, outra questão precisa ser levantada: por acaso uma sociedade com cidadãos apenas resignados e amplamente indiferentes uns aos outros, socialmente fragmentos e alienados politicamente, assegura a continuidade da comunidade política e da sua democracia? Caso o esforço de uma educação cívica seja bem sucedido, e se for inculcada a crença do Estado, de que há interesses em comum e valores compartilhados, a raízes autoritárias presentes nas comunidades políticas poderão sucumbir e dificultar a fragmentação social. Se os cidadãos de uma comunidade política aproximarem-se pelo sentimento de pertencimento e pela cidadania, a qual gera uma solidariedade social, eles defenderão os próprios valores e direitos partilhados por todos que fazem parte da comunidade, além de poderem reconhecer as especificidades das esferas de justiça para impedir o predomínio de grupos poderosos a determinado bem. Nesse sentido, bens sociais como educação teriam significado não apenas porque representam um meio para uma sociedade democrática, também seriam importantes para ascensão social de grupos menos favorecidos, o que implicaria, certamente, na superação do predomínio que faz com que quem tenha mais dinheiro tenha proeminência na aquisição de bens sociais como saúde e educação. A utopia walzeriana da igualdade complexa sustenta-se na esfera da educação porque reside nela a possibilidade de fortalecimento da democracia no seio das comunidades políticas. A continuidade de uma comunidade política depende em parte da capacidade dos membros mais antigos de repassarem para seus filhos e para os filhos destes, se for o caso, os princípios que regulam a vida social e dos significados dos bens sociais específicos para cada comunidade, respeitando as suas peculiaridades históricas e sociais. Se quisermos continuar falando de democracia, ou se pretendemos fortalecer os ideais democráticos para que nenhum tipo de tirania possa tirar proveito dos bens sociais e monopolizá-los em detrimento de minorias sociais, não se poderá negligenciar os aspectos gerais da religião civil. E a educação é uma base fundamental para oportunizar às crianças e adolescentes uma compreensão acerca do funcionamento estrutural e institucional da comunidade política. A continuidade da comunidade política e o aperfeiçoamento desta depende da relação entre educação e democracia que se articulam na religião civil. Há, entretanto, situações em que grupos se beneficiam de um bem social importante porque possuem o predomínio de outro bem. E o usufruto pleno de um bem social, como a educação, em virtude do predomínio de outro bem que é o dinheiro configura as demais situações de desigualdades sociais dentro da comunidade. Ou seja, quem possui mais dinheiro, poderá pagar melhores escolas para garantir aos seus filhos cargos de destaque na sociedade, enquanto os mais pobres sentirão o peso da disparidade no ato de competição. Daí reside a importância do Estado forte

capaz de impedir os excessos relacionados ao predomínio de um bem social, para tentar equalizar a situação dos grupos sociais distintos. Tal como Walzer, o filósofo político John Rawls discute uma teoria da justiça tendo zelo para com as questões educacionais, apontando para as questões de justiça. Autores como Meuret (1999), Dubet (2008) e Brighouse (2002) conseguiram encontrar na teoria de Rawls alguns ideias educacionais que certamente coadunam com os princípios defendidos por Walzer. Rawls defende que as instituições sociais, uma vez que intervirem na sociedade, devem ser orientadas pela liberdade, equidade e justiça. A educação seria então uma instituição social capaz de permitir a formação moral dos cidadãos e auxiliar na divisão de bens sociais, tendo em conta os mais pobres. Rawls indica a aproximação da educação com dois princípios da justiça como equidade. Primeiro, a formação moral garante aos cidadãos exercerem suas liberdades políticas e de expressão, podendo participar na elaboração de políticas mais justas para a sociedade. A este ponto, Michael Walzer poderia afirmar (embora partilhe dessa percepção em certos aspectos), que alguns grupos poderiam se aproveitar de sua condições e do predomínio de sua influência em determinados bens sociais e controlar os que menos detém o conhecimento ou que não tiveram a oportunidade de formação civil. De todo modo, a ideia fundamental em Rawls é de reconhecer que esse tipo de formação moral poderia impactar a forma como as pessoas enxergam a política, e poderia ser impactante à medida em que contempla a todos as pessoas da comunidade. Em segundo, indica como a educação poderia auxiliar na distribuição de bens sociais, tendo em mente a condição dos menos favorecidos. Assim como Walzer, Rawls reconhece os limites de sua proposta de justiça caso não se reconheça os princípios democráticos. Os mesmos indivíduos, na visão de Rawls, imersos na posição original, sob o véu de ignorância, poderão realizar uma convenção constituinte pautada pelo princípio da liberdade básica. E é a partir da retirada gradativa do véu de ignorância que os indivíduos criarão leis que normatizem a igualdade de oportunidades – a ideia de justiça social em Rawls não abdicaria de noções democráticas e institucionais. A educação como um bem social de impacto não foge de delimitações instrumentais em prol de uma sociedade mais justa. Cabe ao Estado e as suas instituições fortes possibilitar uma educação cívica capaz de propiciar uma comunidade política sólida e justa. Finalmente, pretende-se defender a ideia de que a continuidade da democracia e o seu aperfeiçoamento depende de uma educação consistente que preze pela equidade. Todavia, para que a noção de cidadania possa ser fortalecida no seio da comunidade política, necessita-se de um Estado forte com instituições eficientes para reparar as situações em que ocorrem os predomínios de bens sociais. Especialmente no contexto brasileiro, necessita-se pensar em novas maneiras de lidar com as comunidades religiosas que muito se aproximaram do fundamentalismo nos últimos tempos. Não obstante, deve-se considerar que a própria noção de cidadania para esses grupos ficou comprometida pelo dogmatismo, e isto torna ainda mais desafiador o diálogo e a tolerância como defendida por Walzer na sua concepção comunitarista. Tanto Walzer como Rawls concordam que a educação é capaz de favorecer o entendimento do critério comum a todos os indivíduos, independente de suas origens sociais e étnicas, ou de suas diferenças culturais e religiosas. Falar da educação brasileira é também falar de seus reais problemas que incidem na falta de estrutura e de valorização dos profissionais que atuam nas escolas. Aliás, a noção dos reais problemas já faz parte do entendimento das pessoas. O problema maior, ou a ameaça maior, são os discursos de grupos que se aproveitam das fragilidades estruturais da educação no Brasil para deslegitimar os princípios fundamentais ensinados pelos professores que atuam na educação básica. No

cerne do desejo de enfraquecimento dos ensinamentos de muitos docentes comprometidos com seu trabalho, está a tentativa de enfraquecimento dos ideais democráticos e das questões urgentes que transcendem as fronteiras nacionais. Nesse sentido, a escolha para tratar de dois temas relacionados – democracia e educação – se dá pela necessidade de enfrentamento do discurso antidemocrático. Na obra “Como as Democracias Morrem” os autores Steven Levitsky e Daniel Ziblatt mencionam que a destruição de bases democrática não ocorre sempre de forma estridente, às vezes ocorre de forma velada. O ataque a educação e a ausência de preocupação quanto a distribuição desse bem acaba por enfraquecer a democracia, pois as crianças e jovens de hoje serão os cidadãos que tomarão decisões importantes amanhã. Acreditamos que o presente trabalho contribui para o debate em torno da educação e estende as discussões para o aspecto político desta, salientando que a democracia enfrentou provas nos últimos anos que serviram para mostrar que a luta por uma comunidade política democrática e menos desigual é perene. Nossa democracia não está plenamente consolidada, e por isso é preciso cuidar para que os perigos que a rodam não voltem a se fortalecer. Este trabalho não será eficiente se não olharmos com zelo para a educação e os dilemas a ela relacionados.

Palavras-chave: Democracia; Justiça; comunidade.

Referências

- BRIGHOUSE, Harry. **Egalitarian liberalism and justice in education**. London: Institute of Education University of London, 2002.
- DUBET, François. **O que é uma escola justa? – A escola das oportunidades**. São Paulo: Cortez, 2008.
- LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- MEURET, Denis. **La justice du système éducatif**. Bruxelles: De Boeck Université, 1999.
- RAWLS, John. **Uma Teoria da Justiça**. (trad. Almiro Pisetta, Lenita Esteves). São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- WALZER, Michael. **Spheres of Justice: A Defense of Pluralism and Equality**. New York: Basic Books, 1983.
- WALZER, Michael. **Education, Democratic Citizenship and Multiculturalism**. In: Journal of Philosophy of Education, v. 29, n. 2, 1995b, p. 181-189.
- WALZER, Michael. **Exclusion, Injustice and the Democratic State**. In: Thinking politically: essays in political theory. New Haven: Yale University Press, 2007.
- WALZER, Michael. **Da tolerância**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- WALZER, Michael. **Política e paixão: rumo a um liberalismo mais igualitário**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

WALZER, Michael. **The Communitarian Critique of Liberalism**. In: Political Theory, v. 18, n. 1, p. 6-23, Feb., 1990.